

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

Excelentíssima Senhora
Presidente da Assembleia da República

N/Refª: /6ª - CEOP

Data: 12 de Outubro de 2011.

ASSUNTO: Projecto de Resolução n.º 45/XII/1.ª (PCP) – “Recomenda ao Governo a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego.”

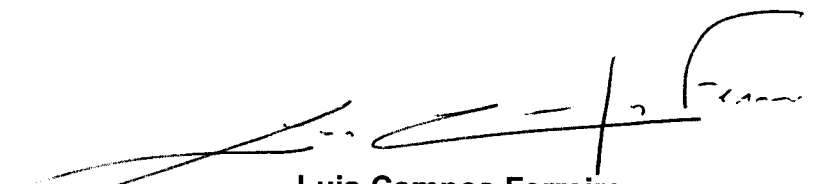
Envio de informação resultante da Discussão em Comissão

O Projecto de Resolução n.º 45/XII/1.ª (PCP), " Recomenda ao Governo a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego." baixou a esta Comissão, em 03 de Agosto.

Conforme o disposto no artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, e de acordo com a deliberação interpretativa deste preceito adoptada pela Conferência de Presidentes de Comissões de Outubro de 2008, a discussão do supra-referido Projecto de Resolução ocorreu em reunião de 06 de Outubro.

Efectuada a discussão e elaborada a respectiva Informação, apreciada em reunião da Comissão a 12 do corrente, segue em anexo a mesma e solicita-se o agendamento do referido Projecto de Resolução para votação em Plenário.

Com os melhores cumprimentos,



Luis Campos Ferreira
(Presidente)

Informação

Projectos de Resolução n.º 45/XII (1ª) -
(GP PCP)

Discussão ocorrida nos
termos do artigo 128.º n.º 1
do RAR, em reunião da
Comissão de 6/10/2011



Comissão de Economia e Obras Públicas

1. Sete Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apresentaram o Projecto de Resolução n.º 45/XII/1.ª (PCP), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP deu entrada na Assembleia da República a 02 de Agosto de 2011, tendo sido admitida a 03 de Agosto, data na qual baixou à Comissão de Economia e Obras Públicas.
3. Por solicitação do Grupo Parlamentar proponente, a discussão foi agendada para a reunião da Comissão de 6 de Outubro, tendo esta ocorrido nos seguintes termos:

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projecto de Resolução em causa, realçando a importância desta empresa para a área onde se insere, tendo afirmado que a sua situação actual não pode ser desligada de um caminho que tem vindo a fazer-se de desindustrialização da economia. Deu também conta de situações de suspensão dos contratos de trabalho e de salários em atraso. Reiterou a importância em assegurar a viabilidade destes estaleiros e recordou que há dois grupos económicos interessados na empresa, um nacional e outro internacional. Concluiu, alertando para o facto de estar iminente uma assembleia de credores e de que nenhum dos credores, por si só, consegue fazer aprovar o plano de viabilização, e reiterando os termos das recomendações constantes da iniciativa em apreço.

O Senhor Deputado Nuno Encarnação (PSD) considerou a situação preocupante, mas lembrou que os estaleiros não são públicos e que a dívida que têm à banca é de muitos milhões de euros. Concluiu que o Estado não pode substituir-se às empresas privadas em tudo no seu dia-a-dia.

Por sua vez, o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) realçou a importância dos estaleiros navais do Mondego para a região e afirmou que não se podem esquecer as

Comissão de Economia e Obras Públicas

peçoas, os trabalhadores que durante anos deram o seu melhor para a viabilidade dos estaleiros. Concluiu, informando que o seu grupo parlamentar estará sempre com quem promover o emprego, as competências e a capacidade das nossas empresas.

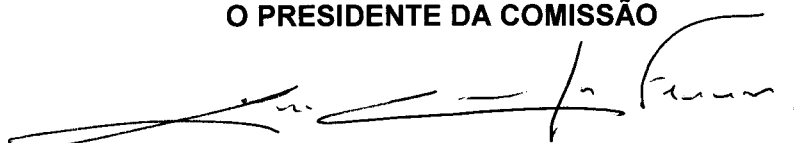
Para concluir esta discussão, tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), para reiterar que, para o seu grupo parlamentar, o maior problema desta empresa é a situação dos trabalhadores. Recordou a forma como a empresa foi vendida e alegou que ainda é possível impedir a destruição da empresa e conseguir salvaguardar os empregos. Esclareceu que o seu grupo parlamentar não pretende que o Governo compre a empresa, mas sim que não tenha uma posição em relação à banca e outra em relação às empresas.

Pelo Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) foi reafirmada a responsabilidade dos vários e anteriores Governos nesta situação, acentuando a responsabilidade do actual, que tem de tomar uma posição na assembleia de credores. Recordou o discurso do Governo promovendo a economia do mar e criticou as suas actuações não corresponderem ao discurso feito. Concluiu reafirmando a viabilidade da empresa.

4. O Projecto de Resolução n.º 45XII/1.ª (PCP) foi objecto de discussão na Comissão de Economia e Obras Públicas, em reunião de 6 de Outubro de 2011.
5. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 12 de Outubro de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



LUÍS CAMPOS FERREIRA